

Em Tese


AS DISPUTAS PELA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ: TURISMO, PATRIMÔNIO, MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES URBANAS E SOCIAIS DO MUCURIPE (1988-1994)

The disputes for the preservation of the Maceió stream: tourism, heritage, environment, and memory amidst the urban and social contradictions of Mucuripe (1988-1994)

Matheus Cardoso de Andrade

Mestre em História Social, integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPQ
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, Brasil

matheusktkt@gmail.com


<https://orcid.org/0009-0003-8096-4634> 

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Professor doutor associado, coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPQ
Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza-CE, Brasil

antonioantonio@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8426-3534> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O Ceará, ao longo do final do século XX, recebeu investimentos de ordens diversas que resultaram na criação de slogans como o da “Cidade do Sol”, com vistas a tornar a capital cearense a porta de entrada e cartão postal de empreendimentos políticos, econômicos e imagéticos constituídos em meio à especulação imobiliária, gentrificação e propaganda massiva. Todo esse processo tem no Riacho Maceió um repertório de problemáticas e disputas sobre suas vidas e destinos, assuntos estes que o artigo busca refletir. O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano é aqui mobilizado para desenvolver análises voltadas para a questão urbana, social, memorial e ambiental da orla do Mucuripe. Por meio de fontes periódicas da grande e pequena imprensa, assim como produções das associações e movimentos em prol do meio ambiente e das causas do bairro, argumenta-se sobre os desdobramentos desse processo ocasionados pelo aumento das desigualdades sociais e espaciais. A análise de perspectiva histórica sobre os distintos projetos urbanísticos em disputa desvela ações que soterraram histórias e memórias sobre o bairro Mucuripe e sua relação com o turismo. Ademais, o artigo evidencia a possibilidade de formular outras discussões envolvendo os futuros-passados possíveis do Riacho Maceió.

PALAVRAS-CHAVE: Riacho Maceió. Patrimônio ambiental urbano. Fortaleza. Turismo.

ABSTRACT

Throughout the late 20th century, Ceará received diverse investments that led to the creation of slogans like the 'City of the Sun,' aiming to make the states' capital the gateway and postcard for political, economic, and imagery ventures formed amid real estate speculation, gentrification, and massive advertising. Within this entire process, Maceió Stream stands as a repertoire of issues and disputes regarding its existence and destinies, which the article aims to contemplate. The concept of Urban Environmental Heritage is here employed to develop analyses focused on the urban, social, memorial, and environmental aspects of Mucuripe's waterfront. Through periodic sources from both major and minor press outlets, as well as productions from associations and movements advocating for the environment and neighborhood causes, arguments are presented regarding the ramifications of this process spurred by the increase in social and spatial inequalities. A historical perspective analysis on the different contested urban projects unveils actions that have buried stories and memories concerning the Mucuripe neighborhood and its relationship with tourism. Furthermore, the article highlights the possibility of formulating alternative discussions involving the potential future-pasts of Maceió Stream.

KEYWORDS: Maceió Stream. Urban environmental heritage. Fortaleza. Tourism.



1 INTRODUÇÃO

O bairro Mucuripe em Fortaleza, Ceará, teve sua imagem construída ao longo dos anos, centrada nos seus encantos naturais, paisagens, imaginário social dos pescadores¹, religiosidade e fé, forjada por músicos, fotógrafos, cineastas, memorialistas, artistas plásticos, imprensa e sociedade civil organizada. Enquanto isso, todo esse imaginário parece ter sido encapsulado pela muralha de hotéis luxuosos e investimentos na orla do Mucuripe que desde a década de 1970 em diante passaram a compor o cartão postal da capital cearense, produto turístico veiculado nas mais diversas peças publicitárias. No entanto, é só cruzar uma rua e atravessar um riacho que o encantamento prometido pelo progresso do turismo parece se perder, dadas as contradições percebidas e, de certa forma, naturalizadas por distintos agentes e agências, provocando-nos diversas inquietações.

Conforme observamos, tais contradições estão em consonância com os percursos do Riacho Maceió², um conjunto expressivo de narrativas se sobressaem materializadas pelas políticas urbanas e temporalidades que informam as disputas pela memória, preservação ambiental, moradia, religiosidade, lazer, trabalho, enfim, sensibilidades urbanas constituintes e constituidoras das problemáticas ligadas ao direito à cidade (Lefebvre, 2001). São evidências do quanto as tensões patrimoniais e econômicas associadas ao processo de “modernização” e ao crescimento da cidade do final do século XX estavam concatenadas com aspectos voltados à luta dos moradores locais, à questão ambiental, aos jogos de poder envolvendo a imprensa, bem como as disputas pelos lugares de memória da comunidade (Nora, 1993).

As inquietações desenvolvidas no artigo se baseiam na compreensão do desenvolvimento do turismo em Fortaleza, adensado pelos investimentos público-privados, como a Operação Urbana Consorciada (OUC)³ da Foz do Riacho Maceió, buscando

¹ Infere-se que parte dessa memória social é constituída tanto pelo filme de Orson Wells (“It’s all true”), as longas viagens de jangada feita até o Sudeste e outras regiões, demarcando estudos sobre a história social do bairro (Abreu, 2007). Há de se refletir sobre as produções artísticas de músicos como Belchior e Fagner, as produções de artistas comunitárias como Dona Raimunda Alves de Sousa e Dona Vera Lúcio Miranda, bem como o livro memorialístico de Blanchard Girão (1998), as postagens e trabalhos pela memória de blogs como Fortaleza Nobre e da página do Acervo Mucuripe capazes de fomentar crônicas sobre o passado, imagens e sensibilidades perdidas de outros tempos e paisagens.

² O Riacho Maceió situado em Fortaleza, Ceará, nasce do encontro com o Riacho Papicu, percorre os bairros como Mucuripe, Varjota, Papicu, Meireles e deságua na atual Av. Beira Mar.

³ A Operação Urbana Consorciada se trata de uma parceria público-privada que estipula contrapartidas e metas a serem alcançadas pelo setor privado que em troca, administra, investe, requalifica, valoriza, arboriza áreas verdes/áreas de interesse. De acordo com o documento que institui a OUC, temos a reprodução da

alcançar os impactos e as singularidades dos processos de apropriações feitas no riacho. As leituras sobre o processo de turistificação, discutidas por Ireleno Benevides (1998), nos remete aos amplos investimentos que a capital do Ceará recebeu para a estruturação do “turismo do sol”, a exemplo da construção de obras do Aeroporto Internacional Pinto Martins, equipamentos culturais como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, expansão de ruas, avenidas, shoppings e serviços de lazer e entretenimento.

É nesse contexto que o Riacho Maceió passou a ser incorporado aos interesses do capital imobiliário, gerando disputas entre os agentes sociais, o estado e o setor privado (Nigro, 1999). Em tal conjuntura, a ascensão do chamado “Governo das Mudanças”, composto por jovens empresários e políticos capitaneados por Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994), passou a adotar uma agenda de princípios neoliberais, com foco na redução do estado e favorecimento de projetos e obras privadas como política a ser seguida seja na economia, na cultura ou na gestão pública (Barbalho, 2000).

O recorte do artigo visa discutir a relação do processo de turistificação e suas contradições por meio das tensões e conflitos que geraram disputas distintas no entorno do Riacho Maceió e do bairro Mucuripe, evidenciados numa série de questões como a patrimonial, a memorial, o meio ambiente e a cidade. Trata-se de um contexto marcado pelo crescimento dos movimentos sociais que ganharam a cena pública ao pautar as disputas pela preservação do Maceió e a rediscussão de direitos fundamentais, vistos como estratégicos para fazer frente ao fortalecimento do turismo entendido como fator de desenvolvimento e gentrificação social e espacial⁴ (Meneses, 2006).

Em diálogo com as discussões de Eduardo Yázigi (2012), buscamos compreender o Riacho Maceió como um patrimônio ambiental urbano, conceito que possibilita pensar a articulação entre diferentes aspectos da questão urbana, ambiental, social e histórica,

definição do Estatuto da Cidade (2001): “Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental” (Fortaleza, 2000). Estudos como o de Emanuel Cavalcanti (2014) demonstram os diferentes sentidos assumidos por esse tipo de parceria entre o poder público e o setor privado de Fortaleza.

⁴ De acordo com Meneses (2006), pode-se compreender o conceito de gentrificação através da expulsão das pessoas de sua moradia e bairro como ocorreu no Mucuripe, em Fortaleza-CE. Há pressões feitas por construtoras no controle sobre o poder público, assim como o aumento do custo de vida e a marginalização dos habitantes locais com o intuito de se apropriar de suas casas, territórios e locais de sociabilidade para implementar outros prédios, casas, serviços vistos por vezes como uma necessidade para o progresso e melhoria de vida. Muitas obras e construções como a do Veículo Leve Sobre Trilho (VLT), na cidade de Fortaleza, seguem promovendo contradições e acentuando a gentrificação espacial da população afetada.

entrelaçada à compreensão do protagonismo dos movimentos envolvidos. Com o intuito de contemplar tal abordagem, a primeira parte do artigo trata das problemáticas sobre as fragmentações sociais e urbanísticas do Mucuripe no tempo presente, visando compreender a relevância sentimental, histórica e ambiental do Riacho Maceió inscritas nas discussões sobre a conjuntura da época relacionada ao turismo e à política dos anos 1970-1990.

Tendo como base as matérias do Jornal O Povo⁵, os documentos e registros feitos pelas associações comunitárias⁶, procuramos investigar as articulações políticas entre a grande e pequena imprensa, movimentos sociais e comunitários do Mucuripe, de modo que seja possível compreender as relações de poder constituídas por diferentes grupos e reivindicações políticas. Com relação aos movimentos sociais e comunitários, as trajetórias de Raimunda Alves de Sousa e Vera Lúcio Miranda⁷ – seja pela atuação social e política ou na criação de acervos particulares que hoje compõem o Acervo Mucuripe – se tornam essenciais para discutirmos as disputas pelo direito à moradia, lazer e preservação do Riacho Maceió.

Na segunda parte do artigo, o foco do debate é o papel do Jornal O Povo dada sua relevância enquanto um dos principais periódicos da cidade de Fortaleza, sua inserção planejada e relação com os movimentos sociais. Nesta fonte, também foi possível mapear as atuações de Dona Raimunda Alves no período, assim como as discussões para o aspecto ambiental e urbano envolvido com a atuação dos órgãos ambientais nas esferas municipais, estaduais e federais. Daqui também destacamos matérias sobre as formas de poluição e as políticas concatenadas ao processo de turistificação. É o caso dos projetos

⁵ O Jornal O Povo foi fundado em 7 de janeiro de 1928. Segundo a historiadora Matilde de Lima Brilhante (2013), o jornal surge na década de 1920 se colocando com um ideal de defesa da liberdade e contra a opressão do poder político dominante, as injustiças sociais e abusos cometidos pelo poder público. No final do século XX, o jornal desenvolvia edições voltadas para os bairros como o Mucuripe, além de inúmeras seções e temáticas que já o colocava, junto com o Diário do Nordeste, como representantes da grande imprensa pelo seu poder aquisitivo, quantidade de tiragens e influência política (Brilhante, 2013).

⁶ Nesse período, encontra-se registros de diferentes associações dos bairros da região, dentre elas as criadas por Raimunda Alves (Dona Mundinha), tais como: “Presidente da Associação dos Moradores do bairro Mucuripe”; “Presidente dos Defensores do Riacho Maceió”, assim como de movimentos como o Mucuripe Resiste, S.O.S Maceió.

⁷ Ambas foram mulheres engajadas com as questões sociais, religiosas e memoriais do bairro. Dona Vera Miranda se destacou pelas suas ações sociais no bairro, participação assídua na Igreja da Saúde, fundação de um museu comunitário nas paredes de sua casa, mediação para a escrita de livro memorialístico sobre o bairro. Elas guardaram ou ajudaram a produzir materiais comunitários, reportagens sobre as causas do bairro, compondo hoje o Acervo Mucuripe, local de pesquisa, registro de memória e ações voltadas para a comunidade, gerido por Diego di Paula.

relacionados ao Riacho Maceió como a Rua 24 horas, o Plano Diretor de 1992 e as distintas tentativas de se apropriar sobre o Maceió e sua área envoltória.

Ao pesquisar sobre a relação entre o processo de turistificação e as disputas pela preservação do Riacho Maceió, evidencia-se que há contradições sociais e urbanas demarcadas pelas novas fronteiras estabelecidas através do crescente interesse privado na localidade e nas tentativas de diferentes grupos se incorporarem às áreas de interesse como a do Riacho Maceió, ocasionando alterações relacionadas às expectativas ambientais, a atuação de periódicos, sujeitos e movimentos sociais disputando as interpretações sobre seus direitos. Tal postura solidificou a noção de que o progresso e o acúmulo de riquezas pelo viés do turismo seria inevitável e o melhor para todos, não importando muito as consequências e os caminhos tomados para se alcançar o objetivo de estruturar a cidade de Fortaleza dentro de uma outra lógica urbana, social e midiática.

Em suma, cada vez mais fragmentada pelas contradições sociais e urbanas demarcadas pelo interesse privado na localidade e as tentativas de diferentes grupos de se apropriar do Riacho Maceió e da orla, as inquietações aparentemente pontuais sobre as contradições urbanas e ambientais evidenciam problemáticas que vão além de mera coincidência ou “fatalidade do destino”: trata-se de diferentes momentos e expectativas criadas sob a região visando modernizá-la de acordo com interesses voltados para o progresso e o acúmulo de riquezas, não importando muito as consequências e os caminhos tomados para se alcançar o objetivo de estruturar as políticas urbanísticas da cidade dentro de uma lógica favorável ao progresso turístico, a especulação imobiliária e excludente.

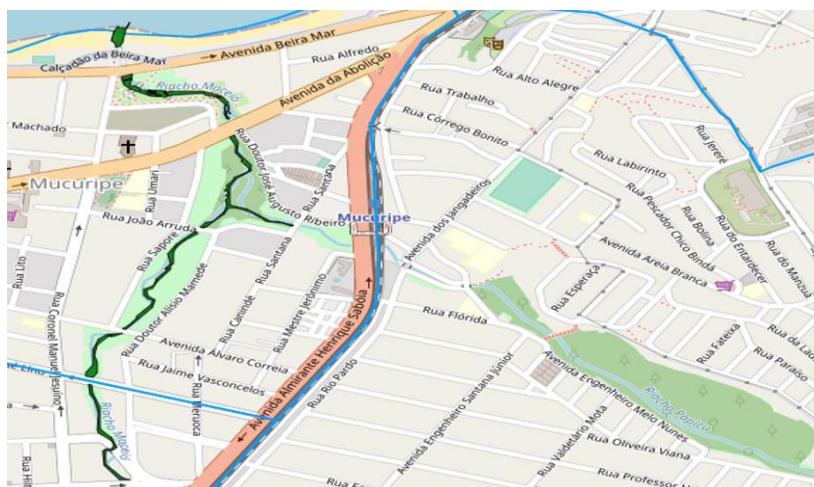
2 CIDADE, PATRIMÔNIO, TURISMO E MEMÓRIA: FRAGMENTAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRICAS RELACIONADAS AO RIACHO MACEIÓ

O Riacho Maceió percorre diferentes camadas sociais e sentimentais que se confundem com a história da urbanização da cidade e dos bairros limítrofes, tais como Mucuripe, Meireles, Papicu, Varjota, Vicente Pinzon, Cais do Porto, região pertencente ao chamado Grande Mucuripe. O seu percurso atual deságua no mar entrecruzando a orla da cidade, bairros, avenidas, prédios, ruas, casas, canais de esgotos. Um dos principais marcos dos últimos anos (2000-2012) da relação ambígua entre turismo, patrimônio, cidade e movimentos sociais podem ser sintetizados na elaboração da Operação Urbana

Consoiciada (OUC) do Riacho Maceió, que reforça a tendência de intervenções em áreas verdes degradadas ou com potenciais valores de mercado.

Esse tipo de parceria se consolida em Fortaleza desde o processo de redemocratização com o Estatuto da Cidade, criado em 2001, demarcando outras fases entre os investimentos dos setores públicos e privados, por vezes concedidos sem tantos critérios ou aprofundamento (Cavalcanti, 2014). A prolongada indefinição sobre a OUC⁸ promoveu o aprofundamento das tensões espaciais do Mucuripe, haja vista o envolvimento do percurso do riacho na malha urbana (Figura 1).

Figura 1 – Riacho Maceió (verde escuro) e Riacho Papicu



Fonte: Fortaleza em Mapas (2020)

Notas: “Quase separados” pela Av. Almirante Sabóia.

Escrever sobre o Riacho Maceió e o Mucuripe implica tensionar essas divisões, as fronteiras, as desigualdades que percorrem o seu curso e as redes de sociabilidade ao redor do riacho. Envolve questionarmos essa aparente harmonia e requalificações do presente próximo para entendermos outros possíveis passados atravessados pelos horizontes de expectativas e espaços de experiência (Koselleck, 2006). As divisões vistas pelas avenidas e ruas que recortaram o percurso do riacho em faixas ocultaram cidades sensíveis, invisíveis e imaginárias, marcos sociais, temporais, políticos, assim como afetivos dos habitantes locais e suas formas de viver e compreender a cidade (Pesavento, 2007).

⁸ A OUC estabeleceu uma parceria entre o capital privado e o poder público como solução para o problema de degradação ambiental que envolvia o Maceió. A possibilidade de implementar uma parceria Público-Privada aparece no Plano Diretor de 1992, perpassa a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, sendo oficialmente instituída pela Lei 8.503/200022 em acordo com o ex-prefeito Roberto Cláudio e a Nordeste Empreendimentos e Participações SA (NOPAR). Em 2011, substituiu o antigo convênio firmado em 2000.

Essas fronteiras estipuladas pela modernização do bairro foram modeladas pelas subdivisões espaciais nos arredores do Maceió e do sistema hídrico Maceió-Papicu, vinculação que nos traz outros elementos do avanço da cidade sobre as suas áreas verdes remanescentes, possuidoras de representatividades para as pessoas, valorização paisagística e econômica. A peculiaridade das políticas urbanísticas e sociais que atingiram o Riacho Maceió nos dão a impressão de que o trecho da OUC (Figura 1, na foz do riacho entre a Av. Beira Mar e Av. Abolição), foi requalificado para as classes altas e turistas. Quanto mais distante do mar (Figura 1) mais o riacho aparenta ter permanecido esquecido, relegado às classes baixas, tornando-se novamente “rico” quanto mais perto estiver da Lagoa do Papicu e do Shopping RioMar⁹.

Além das contradições do tempo presente, a compreensão do Maceió enquanto um patrimônio ambiental urbano se fundamenta nas tensões entre o campo do patrimônio, a cidade e os direitos sociais discutidos ao longo da conjuntura de redemocratização brasileira, assim como a referência paisagística e sentimental que o riacho possuía. Os rios, os cursos d’água, lagoas e afluentes tiveram papel fundamental ao longo da história, pois foram componentes importantes para a sedimentação humana em determinados territórios, no desenvolvimento agrícola, comercial econômico, civilizacional, urbano, militar, assim como na constituição do imaginário, cultura e modo de vida de diversas sociedades e países (Baptista; Cardoso, 2013).

O Maceió era visto como uma área de lazer, referência territorial, de sobrevivência e trabalho, assim como esteve envolvido com a vida social do bairro. Um dos episódios marcantes da história do bairro se trata da contenda religiosa envolvendo a Igreja de São Pedro¹⁰ dos Pescadores, o Riacho Maceió, os moradores do Mucuripe e o povoado da Volta da Jurema, colocada numa das matérias do jornal O Povo:

[...] havia uma velha rixa entre a população mais bem situada do bairro da Jurema com seus vizinhos pobres do Mucuripe que eram chamados de “unhas pretas” por ela. [A divisa dos bairros ficava no hoje aterrado riacho Maceió], e era respeitada, sob pena de violências por ambos os lados (O Povo, 1985, p. 17).

Além de rixas e rivalidades, há relatos de brincadeiras, momentos de lazer, de relações mais próximas com a natureza e o espaço que perfazem a representatividade

⁹ Região do bairro Papicu onde foi construído um Shopping de alto padrão numa área que deveria ser preservada, na qual se encontra a nascente do riacho Papicu: durante muitos anos sofreu processo de degradação ambiental e especulação imobiliária.

¹⁰ A Igreja de São Pedro dos Pescadores é uma das principais Igrejas do Mucuripe. Símbolo da tradição entre a pesca, a cultura do bairro, a fé e religiosidade local, a Igreja teve o seu imóvel tombado juntamente com a festividade de São Pedro, no ano de 2012.

atrelada ao riacho, situando-o como um elemento fundamental nos debates sobre a memória social do Mucuripe. Edemir Maia (2010) pontua a riqueza ecológica¹¹ que havia no sistema hídrico Maceió-Papicu, citada nos relatos dos moradores, perfazendo as memórias locais, seus esquecimentos entre os moradores e seus espaços significativos (Pollak, 1989). Essa riqueza e diversidade ecológica, como muitas outras de Fortaleza, se perderam em meio ao avanço da cidade e dos projetos turísticos e urbanos sobre as áreas verdes como o Maceió. O gradativo processo de turistificação da cidade contribuiu para aceleração de tais fragmentações espaciais, desestabilizando as formas de se viver e morar na comunidade do Mucuripe.

Desse modo, é nas políticas urbanas e turísticas das últimas décadas do século XX que as contradições urbanas se tornam ainda mais evidentes pela alteração, aterramento e expulsão dos moradores nativos no entorno do Maceió. O Ceará, estado em ascensão nas políticas culturais e turísticas, recebeu investimentos para o desenvolvimento do chamado “turismo do sol”, através do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Ceará (PLANDECE), implementado entre os anos 1975-1979. Dentro do gradativo avanço de investimentos no setor turístico promovidos pelo Estado, surge em 1991, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), fundo de aporte de US\$800 milhões, envolvendo estados do Nordeste como o Ceará, especialmente a cidade de Fortaleza. O esforço financeiro revela a complexidade presente na invenção do Nordeste turístico, realizada também pelas novelas e produções de vídeo, cartões postais que se tornaram símbolos de um novo Nordeste (Albuquerque, 2018).

Em consonância com tais investimentos do processo de turistificação através de investimentos, obras e projetos, pela sua localização geográfica considerada estratégica, o Riacho Maceió se tornou um dos principais pontos de tensão da orla no final do século: a inserção parcial do Maceió na questão turística por meio do Decreto nº 5.544, de 16 de março de 1980, assinado pelo então prefeito Lúcio Alcântara, reconhecendo parte da

¹¹ Camurupim, Cará, Muçum, Peixe-Beta, Piauí, Curimatã, Traíra, Piaba, Camaleão, Calango, Tejo, Galinha d'água, Coruja, Garça Branca, Bem-te-vi, Rolinha, Gavião, Pardal, Rasga Mortalha, Rã, Sapo, Soim, Casaco. Já as plantas, na Foz do Riacho Maceió, destacam-se: Algaroba, Mangue manso, Cajá, Coqueiro, Banana Prata, Benjamin, Graviola, Goiaba, Manga, Nin indiano, Mamoeira, Azeitona, Mangueira. No sistema fluvial Maceió-Papicu: Cajueiro, Pinhão roxo, Guajiru, Capim- açu, Castanhola. Algaroba, Coqueiro, Banana Prata, Benjamin, Nin-indiano, Mangueira, Júa, Jucá, João Mole, Pau- Ferro, Ameixa, Tatajuba, Araticum. Já na lagoa do Papicu: Cajueiro, Goiabeira, Banana Pacova, Coqueiro, Castanhola, Murici, Guajiru, Algodão-do-Pará, Aguape, Algaroba, mamoeira, Banana Prata. As principais espécies da sub-bacia (Maceió/Papicu) seriam: Pombo, Rolinha Caldo de feijão, Fogo apagou, Anum preto, Gavião rapina, Sibite, Teotonho, Andorinha do Cam, Pardal, Sibite da quebrada, Vem-vem, Sanhaço azul, Rixinó, Vovô, Lavandeira, Bem-te-vi, Sibite relógio, Tejubina, Calango, Gia, Cururu, Cobra de duas cabeças, Cururu, Rã, Perereca (Maia, 2010).

Maceió (sua foz) como ZE-1 (Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística), representou as tentativas de inserir o riacho nessas políticas. Como Leila Aguiar (2016) pontua sobre esse tipo de classificação:

A partir de tal definição, os sítios urbanos preservados, assim como reservas e estações ecológicas, fontes hidrominerais, localidades com condições climáticas excepcionais e outras áreas de especial interesse turístico estariam “destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos” por intermédio da Embratur, do Iphan e de agências como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). A preservação dos bens culturais e naturais, enfatizada ao longo dessa legislação, justificava-se a partir do momento em que eles foram classificados como áreas especiais de interesse turístico (Aguiar, 2016, p. 142).

A delimitação do Maceió nessa classificação promoveu uma aproximação ambígua entre a questão do turismo e do patrimônio. Pouco tempo depois, na gestão do ex-prefeito César Cals Neto, o Decreto nº 6811/84, também alinhado à interesses turísticos, modificou as delimitações atribuídas pelo decreto de 1980, anulando a classificação de ZE-1 e tornando o Riacho Maceió ainda mais vulnerável aos interesses imobiliários (Fortaleza, 1984). Muitas medidas que prometeram investimentos, a transformação do Riacho e da orla passaram a ser vistas de forma negativa pela comunidade do Mucuripe por facilitarem a construção de prédios, expulsão dos moradores antigos e exclusão social, ocasionando tensões entre os interesses privados e o respeito aos direitos civis. É entre os diferentes usos sobre o turismo e o patrimônio que as ações do poder público diluem os limites entre o respeito às leis e o seu abuso.

A depender do parecer, avaliação e interesse político, as medidas com relação aos patrimônios da cidade ou zonas de interesse poderiam ser incluídas nos planos e áreas com potencial turístico, modificadas ou alteradas, assumindo ares de legitimidade de acordo com o interesse de setores ligados à rede hoteleira e ao capital privado. Inseridos nesse embate, periódicos como o jornal O Povo assumem papel relevante seja na mediação entre os distintos agentes sociais que disputam as políticas, os significados sobre a cidade ou nos realinhamentos políticos da época impulsionados pelo avanço da reabertura política, mudanças na gestão da máquina pública buscada por grupos políticos vinculados ao mercado e ao neoliberalismo como o “Governo das Mudanças”.

3 IMPRENSA, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MEIO AMBIENTE SOB O RIACHO MACEIÓ NO FINAL DO SÉCULO XX

No período analisado, o Jornal O Povo¹² se destacava como um dos grandes aliados do grupo mudancista de Tasso Jereissati na propaganda turística do estado, tornando as relações entre esses setores indissociáveis devido aos interesses em comum: o fomento das atividades turísticas, apoio e influência política, interesses comerciais facilitados pelos investimentos no setor hoteleiro e pontos estratégicos como o Riacho Maceió. Ao mesmo tempo que o jornal atravessava a “transição democrática”, ele já não dependia quase que exclusivamente de verbas do governo para se manter em boas condições; as exigências de um público diverso e amplo fazem o jornal buscar também chamar a atenção de grupos e pessoas com personalidades, classes sociais e preferências distintas. As seções de política, moda, turismo, cidade, entretenimento e outras presentes na publicação buscam essa multiplicidade. A depender da tiragem e assunto, o jornal cedia espaço para a crítica de lideranças comunitárias como Dona Raimunda Alves de Sousa:

Editor: nos causa repulsa quando vemos grandes autoridades como sejam (Prefeito ou Governador) através dos canais de comunicação dizer que vão dar todo o apoio e proteção ao Meio Ambiente, quando nós que lutamos por essa causa sabemos que não é verdade [...]. Alguns dias após a posse do ex-prefeito, hoje Governador, Ciro Gomes formamos uma comitiva, tivemos uma audiência com o mesmo sua resposta foi que (“respeitaria o decreto, só que a Prefeitura não tinha verba para o Pólo), tudo bem! Hoje o local parece mais uma rampa de tudo que é lixo, as construções dos prédios vizinhos usam a foz do Riacho como depósito [...] o atual prefeito dr. Juraci Magalhães na ânsia de embelezar a cidade passou por cima do mesmo com um projeto na Nascente do Riacho Maceió, que fica na Varjota entre as ruas José Frota e Álvaro de Castro Correia, o qual nós sabemos não beneficia os moradores (Souza, 1991).

Raimunda Alves foi um dos sujeitos essenciais na mobilização contra projetos turísticos e urbanísticos interpretados pela comunidade como sendo extremamente prejudiciais aos seus interesses. Nessa reportagem, ela fez uma espécie de balanço das diferentes gestões que prometiam melhorias para o bairro. Ela se via nesse papel de liderança e era apontada como a porta voz da causa nas matérias relacionadas ao Riacho Maceió. Sua mobilização, em conjunto com outros moradores, especialmente movimentos

¹² Cabe ressaltar a postura buscada pelo jornal nesse momento de mudança de regime político. Através da Carta de Princípios do jornal O Povo, pode-se visualizar a forma que sua postura se alinhou com o que seria um discurso democrático: “REGIONALIDADE – A defesa das aspirações e dos valores da Região, prolongamento do conceito maior da nacionalidade, incorporou-se às tradições do O POVO, desde os tempos do seu Fundador. A defesa dos interesses regionais e o combate ao subdesenvolvimento constituem a projeção natural das expectativas dirigidas para a consolidação de um pacto federativo justo e harmonioso” (O Povo, 1989). A noção de regionalidade, apesar de reivindicada desde a fundação do periódico, assumiu diferentes sentidos, bem como a ideia de harmonia no pacto federativo.

ambientalistas no final do século XX, traçou planos diferenciados para o bairro e o riacho, haja vista as tentativas da comunidade de se criar um polo de lazer e um parque ecológico no Maceió, revitalizá-lo com plantas, limpeza e readequação dos esgotos, entulhos jogados em suas margens. A presença do jornal O Povo nesse debate se deu em diálogo com outros jornais, como o jornal comunitário chamado O Farol, seja pelo tema ser o mesmo ou por vezes tais jornais fazerem propaganda do Jornal O Povo. Nesta edição a seguir, vemos como esse debate está colocado ainda na década de 1980 com a mobilização dos moradores na gestão da então prefeita Maria Luiza, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), na época a primeira mulher eleita como prefeita de uma capital:

Em várias reuniões realizadas na Igreja da Saúde, os vizinhos, a Associação dos Moradores do Mucuripe e diferentes setores interessados em proteger o meio ambiente começaram a articular a resposta. Para começar o dia 1º de maio se organizou uma belíssima manifestação, juntamente com artistas bonequeiros, na Beira-Mar, exigindo da prefeita Maria Luíza que faça um novo decreto preservando totalmente a área. Paralelamente, se está lutando para conquistar a preservação legal da foz do riacho Maceió [...] está pedindo a prefeita Maria Luiza que baixe um decreto de proteção da área. Por outro lado, se elaborou conjuntamente com o vereador Samuel Braga um projeto no mesmo sentido para ser debatido e votado na Câmara de Vereadores (O MACEIÓ novamente em perigo, 1988).

A reabertura política e a reorganização dos movimentos sociais e ambientalistas nesse momento histórico se fizeram fundamentais tanto na luta e mobilização para o novo reconhecimento do Maceió como ZE-1¹³, quanto pelo fim das pressões da especulação imobiliária no bairro. Sobre esse aspecto, há depoimentos, como o que ocorreu com Dona Verinha Miranda, que citam justamente a expulsão de moradores do bairro para a construção de avenidas e outras obras (Ramos, 2003, p. 134). Encontra-se entre as páginas do jornal O Povo denúncias de abusos cometidos por construtoras comprometendo a estrutura das casas, ameaças aos moradores para que abandonassem suas residências, além de consequências ligadas ao aterramento e degradação ambiental do Riacho Maceió: aumento da poluição, de crises sanitárias e pernilongos, falta de água potável.

Dessa maneira, a aproximação entre as associações do bairro e movimentos ambientalistas possibilitaram que as pautas locais e ligadas ao meio ambiente fossem enxergadas também como um problema da cidade, pois as contradições espaciais e de classe foram se solidificando em meio ao processo de gentrificação¹⁴ que envolveu a poluição do riacho, muitas vezes retratada pela imprensa da época (Figura 2).

¹³ A luta por reconhecer novamente o Riacho Maceió como ZE-1 foi um objetivo alcançado antes do fim do mandato da ex-prefeita Maria Luiza, em 1988, após diversas mobilizações e pressões como a retratada no jornal O Farol.

¹⁴ Tendo em vista as discussões de Ulpiano Meneses (2006) sobre esse processo, percebemos que além de o Riacho Maceió envolver a expulsão dos moradores da orla, a construção de prédios e o crescimento da

Figura 2 – Matéria sobre a poluição do Maceió



Fonte: Acervo Mucuripe (2022).

Notas: Matéria relata a poluição em larga escala do riacho feita por hospitais, moradores e empresas. O Povo, 7 de fevereiro de 1993.

As disputas pela preservação ambiental do Riacho Maceió desvelam conflitos urbanos e tensionamentos sobre um espaço que deveria se tornar o cartão postal da cidade, mas que foi sendo disputado às margens do Maceió sem esconder suas contradições sociais e mascarar os problemas urbanos multiplicados pela insaciável necessidade de se construir mais prédios, aterrar áreas verdes e realizar projetos urbanísticos visando ampliar ruas, serviços e esgotos. Registros como o mencionado (Figura 2) buscaram horizontalizar as culpas sobre o descaso e a degradação ambiental. Mesmo reconhecendo a participação de diferentes atores nessa situação de degradação, os impactos e pesos das ações causadas pelos setores públicos e privados se tornaram muito maiores e determinantes para ocasionar alterações profundas na paisagem e ecossistema na medida em que provocavam mudanças estruturais em diversos pontos da cidade, muitas vezes irreversíveis.

Observa-se que apesar das mobilizações em prol da preservação do Riacho Maceió, da redefinição da área de sua Foz enquanto ZE-1 e de parte do sistema hídrico Maceió-

especulação imobiliária, tal processo provocou grandes consequências ambientais para a comunidade e na relação com o Riacho Maceió, incorporado às obras de “modernização da cidade” pelos projetos idealizados para as suas águas.

Papicu¹⁵ no período de 1988-1993, o Riacho Maceió e, conseqüentemente, os moradores e movimentos ambientalistas tiveram que lidar com diferentes ações entre o governo dos prefeitos Maria Luiza e Juraci Magalhães, analisando principalmente o avanço da degradação atrelada aos projetos e medidas para a região. As discussões que surgiram no decorrer dos anos 1992-1994 envolvendo o Plano Diretor de 1992 e a elaboração da Rua 24 horas demandaram outras formas de mobilizações e engajamentos populares em defesa dos seus modos de viver e morar, seja para barrar as propostas do setor privado ou elaborar projetos considerados mais integradores e alinhados às reivindicações das associações e movimento ambientalista.

3.1 O Riacho Maceió em meio aos projetos urbanísticos em Fortaleza

Como vimos, nos espaços cedidos pelo jornal O Povo, as críticas de Dona Mundinha traziam elementos para compreendermos as pautas políticas do bairro em meio à conjuntura da época: configura-se um domínio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por cerca de 15 anos (1989-2004), que se confunde com o domínio do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) na esfera estadual e municipal. Os anos 1990-1994, período marcado pelas gestões municipais de Juraci Magalhães e Antônio Cambraia (ambos do PMDB), intensificaram discussões ambientais e urbanas colocadas em pauta a partir do projeto da Rua/Praça 24 horas e debate sobre o novo Plano Diretor de desenvolvimento urbano. A questão Urbana passa a ser disputada como uma das principais bandeiras da comunidade (Figura 3):

¹⁵ Ainda na gestão de Maria Luiza Fontenele, o Riacho Papicu e suas margens foram tombados, adquirindo status de um patrimônio natural de Fortaleza, o que, como vimos, não necessariamente isentou a Lagoa e o Riacho Papicu de novas investidas do setor imobiliário.

Figura 3 – Exemplo do Informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste – “O Arrastão”, 1993.



Fonte: Acervo Mucuripe (2022).

Notas: A charge em questão se destaca por demonstrar uma pessoa tentando entender o que está acontecendo na cidade: há diversas casas populares sendo cercadas por prédios de alto investimento.

A visão crítica das consequências do processo de gentrificação desenvolvidas pelos moradores estavam colocadas nas mobilizações sociais do bairro na elaboração de materiais como o do “O Arrastão” (informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste). Em meio às discussões sobre moradia e meio ambiente que afloraram na época, há a elaboração do Plano Diretor de 1992, destacando ideias e opiniões que ressaltam a importância da participação da sociedade nas decisões sobre as políticas públicas e formas de gerir a cidade, reafirmando um diálogo mais horizontal acerca das questões da cidade. No entanto, apesar da elaboração de mecanismos de regulamentação e discussão sobre a cidade como o Plano Diretor de 1992, configura-se o avanço das contradições sociais e urbanas por meio da construção de prédios e de projetos como a Rua 24 horas.

O Clube Diretores Lojistas (CDL), um dos apoiadores do projeto, enxergava Curitiba como um exemplo a ser seguido por Fortaleza, seja no espaço do atual Clube do Náutico ou na foz do Riacho Maceió. O riacho acabou sendo o local mais indicado por tentar manter semelhanças com o modelo norte-americano “The Falls”¹⁶. A internacionalização dos investimentos de atração turística favorecia a busca por implementar projetos baseados no modelo de progresso e modernidade dos Estados Unidos para que fosse possível vivenciar experiências sensoriais e visuais parecidas. Nessa medida, o anúncio da Rua 24 horas se

¹⁶ A seguinte matéria traz uma divulgação do shopping americano: DICAS DA FLORIDA. Shopping The Falls Miami. **Dicas da Florida**, 2023. Disponível em: <https://dicasdaflorida.com.br/miami/the-falls-miami-shopping-ma/>. Acesso em: 1 out. 2023.

apresentava como um imenso desafio para os movimentos sociais, visto o seu poder de atração de capital expostos no Anteprojeto de Lei 042/92¹⁷:

O exemplo mais vivenciado desta implantação ocorre na cidade de Curitiba, local em que trouxe para aquela próspera cidade um novo estilo de vida para todos os seus habitantes e visitantes. Ressaltasse ainda que o **objetivo essencial** desta iniciativa busca propiciar um oferecimento maior de oportunidade de empregos para a classe obreira em geral, bem como desenvolver um mercado que por suas típicas atividades se ajuste a uma realidade de desenvolvimento compatível com o crescimento das grandes metrópoles, que sabem proporcionar os melhores serviços de turismo. Afora todos os aspectos de ordem social, temos ainda de entender que a Rua 24 (vinte e quatro) horas **servirá até mesmo de terapia para os portadores de insônia**, os quais estatisticamente já atingem a um percentual de 18% (dezoito por cento) dos grandes centros urbanos [...] somente assim poderemos atender os anseios de um forte contingente populacional de nossa estimada Fortaleza. (Fortaleza, 1992, grifo nosso).

A Praça 24 horas se propôs a ser, como está mencionada no Anteprojeto de lei 042/92, um conglomerado de serviços, experiências e práticas condizentes com a invenção de uma cidade capaz de lidar com os males do cotidiano e da insônia, embebendo-se de um estilo de vida conectado com o frenesi pós-moderno, algo impensável há alguns anos na orla do Mucuripe. O horizonte de expectativa buscado em um novo espaço de experiência deveria encontrar as soluções para os problemas da época na aceleração temporal (Koselleck, 2006). O próprio nome do projeto, Rua 24 horas, nos leva a refletir o tipo de relações sociais e temporais estipuladas dentro de um sistema econômico que altera profundamente os ciclos de dia e noite que compõem a nossa natureza biológica. É observando tais fatores vinculados à política, aos modos de viver, à natureza e costumes que a compreensão do Maceió enquanto Patrimônio Ambiental Urbano desvela as mudanças que estavam em curso em diferentes vertentes.

De acordo com Eduardo Yázigi (2012), é importante entendermos esse conceito levando em consideração uma leitura atenta a vinculação entre a questão patrimonial e o processo social do seu entorno. Desta maneira, ao observarmos em meio a esse debate a questão do interesse imobiliário nas obras urbanísticas, chama atenção a argumentação colocada no documento, pois se pretendia “atender um forte contingente populacional”, trazendo um respaldo social questionável para tais mudanças, tendo em vista as disputas de significados sobre políticas voltadas para o campo do patrimônio cultural. A preservação almejada dentro da perspectiva mercadológica tornava imperativo a construção de um mix de lojas e serviços ofertados, mencionados no documento elaborado pelo CDL:

¹⁷ O Anteprojeto foi lançado pelo vereador Idalmir Feitosa, no período apoiador da Rua 24 Horas, como mais uma das medidas para fortalecer o posicionamento do CDL. No ano de 1994, Idalmir foi identificado no apoio à criação de um Parque Ecológico, pauta de defesa dos moradores e movimento ambientalista.

Preliminarmente foram selecionados os seguintes ramos/segmentos para compor o MIX do projeto RUA 24 HORAS: -RESTAURANTES/- PIZZARIA/- LANCHONETE/- BAR/ SORVETERIA/- CAFÉ/LOJA DE CONVENIÊNCIA/- BEBIDAS [IMPORTADOS]/- PADARIA/ FARMÁCIA/- CINE FOTO SOM/- LOCADORA VÍDEO SOM/ FLORICULTURA/ BANCO/- POSTO MÉDICO/- LIVRARIA/- LOJA LINHA PRAIA/- LOJA MODA JOVEM/- PERFUMARIA/- AGÊNCIA DE TURISMO/- TELECEARÁ/- BARBEARIA/- CORREIOS/- VIDEO GAME/- INFORMAÇÕES TURÍSTICAS (EMCETUR) (Câmara de Dirigentes Lojistas, 1992).

Fica evidente que esse local estava na iminência de sofrer uma grande alteração nas maneiras de viver, morar, nos seus costumes e práticas. As disputas nas adjacências do Riacho Maceió não envolviam somente os interesses dos moradores próximos às margens do riacho, mas um campo de possibilidades que o “nascimento” da cidade das praias e do Sol (a Fortaleza turística) trazia para a orla do grande Mucuripe. Enquanto havia a possibilidade de implementar a Rua 24 horas com seus variados tipos de serviços e lojas representantes de outros usos sobre áreas verdes e consumo, as ações de agressão ao riacho continuavam, assim como as mobilizações das associações do bairro e de outros movimentos. É entre a promessa de implementação e a reação dos moradores que podemos observar o surgimento de materiais de contestação ao projeto (Figura 4).

Figura 4 – Pequeno panfleto encontrado contra a Rua 24 horas

ATO SHOW

Em defesa do Mucuripe
do seu povo e do seu riacho.
Salve o Maceió !
Diga NÃO à rua 24 HORAS
Data: 23 de outubro
Hora: 15 hs.
Local: Beira Mar
(Índialracema)

Participe!

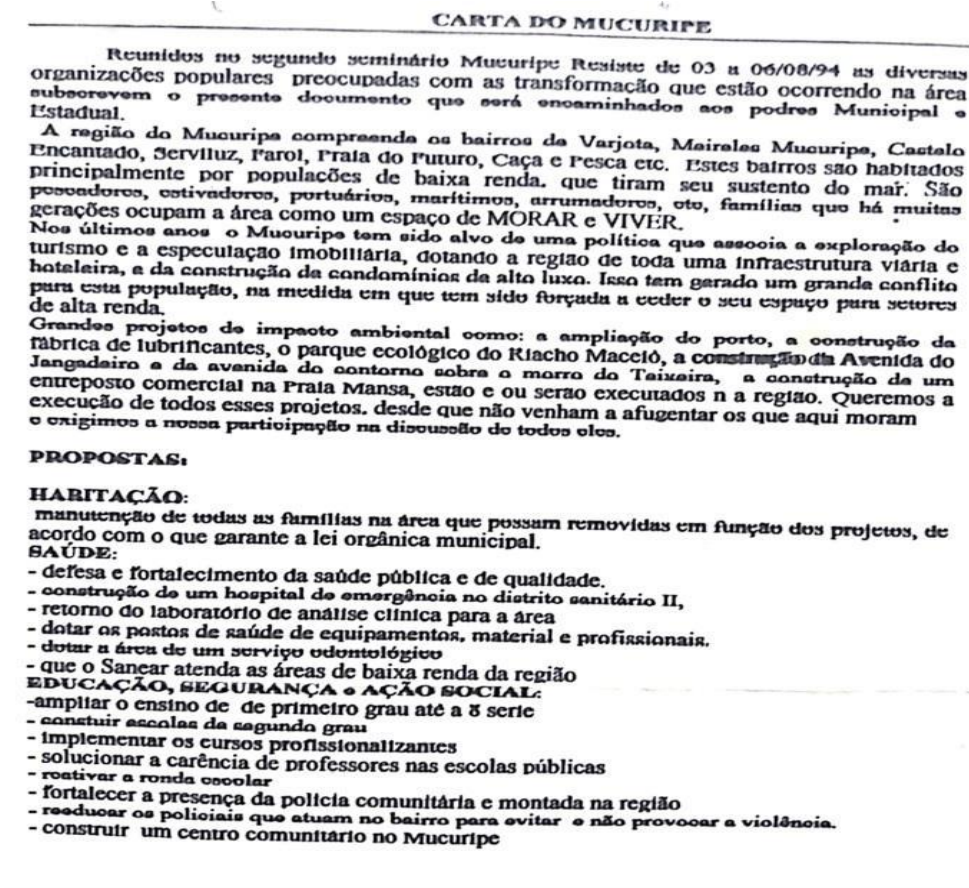
Fonte: Acervo Mucuripe (2022).

Os panfletos se tornam parte das tentativas de mobilização. Dependendo da mensagem a ser transmitida, eles podem ser diminutos, como esse de convite ao ato-show. Em outras produções da comunidade e dos movimentos sociais¹⁸, temos a aproximação da questão urbana e ambiental. A comunidade e os movimentos ambientalistas também se mobilizaram para tentar criar um Parque Ecológico no Riacho Maceió, porém essa pauta

¹⁸ O movimento ambientalista de Fortaleza na época tinha nomes como Regina Brandão e João Saraiva, que discutiam a questão ambiental da cidade e do Mucuripe de forma bastante ativa, além de intelectuais e professores da Universidade Federal do Ceará como Francisco Pinheiro, José Lemenhe, o Partido Verde e outras associações e movimentos sociais do grande Mucuripe.

não obteve sucesso esperado, sendo descartada algum tempo depois. Em meio à tais lutas, temos a elaboração da chamada “Carta do Mucuripe” (Figura 5), especificando os pontos a serem defendidos e o papel dos debates sobre a cidade.

Figura 5 – Carta do Mucuripe



Fonte: Acervo Mucuripe (2022).

Ao analisarmos os embates pela preservação do Riacho Maceió, as questões relacionadas ao lazer, moradia e a participação política despontam como elementos centrais. Na Carta do Mucuripe, o posicionamento incisivo quanto à contestação de diversos projetos ocorre porque eles não se sentiam incluídos nesse processo e não por termos movimentos totalmente contrários ao tão desejado progresso econômico e material. Como pontua-se, os moradores desejam tais projetos desde que eles “não venham a afugentar os que aqui moram e exigimos a nossa participação na discussão de todos eles” (Fórum Popular Mucuripe Resiste, 1994). As pautas colocadas pelos movimentos deveriam estar associadas ao progresso econômico e aos projetos de melhoria ao invés de aprofundar os problemas ambientais, habitacionais e sociais.

Neste mesmo ano da publicação da carta, em 1994, após vários protestos e críticas, o projeto 24 Horas foi descartado pelo poder público. Ao Maceió, somaram-se outras reivindicações como podemos observar na Carta do Mucuripe: melhorias do ensino, saúde, moradia. Dessa forma, vemos que nas discussões sobre o Riacho Maceió, atreladas à perspectiva do conceito de patrimônio ambiental urbano, estava em jogo as formas de viver e morar da comunidade, a relação de pertencimento ao bairro forjada pela proximidade com o Riacho Maceió, os pescadores, o mar, a área envoltória e outros lugares de memória arduamente mantidos pelos mucuripenses envolvidos com as causas do bairro. Eles buscaram constantemente reafirmar ante o poder público, privado e a sociedade os seus direitos ao lazer, a moradia, ao patrimônio, ou seja, o direito à cidade (Lefebvre, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões relacionadas ao conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaram um olhar mais amplo sobre as questões sociais, urbanas, ambientais e históricas relacionadas às disputas pela preservação do Riacho Maceió no final do século XX. Observa-se que a mobilização política, as parcerias dos sujeitos e os movimentos sociais envolvidos com essas pautas trouxeram outras formas de discussões sobre os recuos e avanços do setor privado sob o Riacho Maceió, as apropriações dos espaços de poder como a imprensa de grande ou pequeno porte, assim como a política estadual e municipal. Por se tratar de um problema que engloba diversas pessoas, classes sociais e interesses, vimos que as questões relacionadas ao Riacho Maceió partem de inquietações voltadas para o tempo presente, seja devido a etapa da OUC já consolidada na Foz do Maceió, ou pelas discussões sobre as fragmentações espaciais do Mucuripe em volta do riacho.

Apesar da OUC Foz do Riacho Maceió se colocar como um modelo e exemplo de qualidade na gestão de áreas verdes e soluções de problemas ambientais nos últimos anos, observamos neste artigo a existência de outras propostas para o Riacho Maceió que não foram consideradas ou respeitadas. Os interesses dos moradores ficaram condicionados aos tipos de investimentos e projetos propostos pelo capital privado. Mesmo assim, projetos combatidos pelos moradores e movimentos ambientalistas trataram de se contrapor e disputar os significados das políticas urbanísticas e sociais implementadas no bairro Mucuripe, seja através da mediação da imprensa de grande porte e comunitária, no diálogo

com a sociedade civil e proposição de outras pautas políticas, como moradia, lazer, melhoria na educação, saúde, saneamento básico.

Dessa maneira, explicita-se que o avanço do turismo, juntamente com a expulsão dos moradores da região da orla alterou profundamente as relações sociais e afetivas em volta do riacho, sua riqueza ecológica colocada pelas diversidades de seres vivos, por outros usos e significados que o riacho tinha para a comunidade. O gradativo processo de turistificação envolveu classificações do Riacho Maceió enquanto uma ZE-1, disputas por revogar, flexibilizar ou manter essa medida, mobilizações da comunidade para que seus direitos fossem reconhecidos, na exigência de outras pautas ou denunciando os abusos e injustiças relacionados a projetos como a Rua 24 Horas. O recorte estabelecido entre 1988 e 1994 trouxe à tona parte importante das prerrogativas em voga no final do século XX: mobilizações pelos direitos políticos e redimensão da questão ambiental e urbana.

As questões ambientais e urbanas desvelam as contradições do processo de turistificação pela intensificação da poluição e aterramento do Riacho Maceió. Há de se levar em consideração a falta de coerência entre as questões teóricas e legais propostas e as ações feitas pelo setor privado. A especulação imobiliária e seus desdobramentos – abertura de ruas, poluição, crescimento urbano – multiplicou os problemas e tensões em volta do Maceió, demonstrando que as noções de progresso, turismo e modernidade inseridas nas propagandas dessa nova Fortaleza, a “Cidade do Sol”, precisam ser questionadas em busca da compreensão da historicidade das políticas urbanas, de outras cidades que foram soterradas juntamente com as águas do Riacho Maceió. Os embates sobre o direito à cidade envolvem lutas e mobilizações sobre as noções de futuro e ideais de progresso em constante disputa que precisam ser refletidas para que seja possível formularmos outras ações e políticas sociais e urbanísticas menos excludentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro: Pescadores, Estado Novo e Luta por Direitos**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 137-149, jan.- abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0105>.



BAPTISTA, Márcio; CARDOSO, Adriana. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 124-153, jul.-dez., 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20-2/05-rios-e-cidades-marcio-baptista-adriana-cardoso.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

BARBALHO, Alexandre Almeida. A modernização da cultura nos “Governos das Mudanças”. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom, 2000, Manaus. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2000.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR**: Dimensões e olhares em parceria. 1. ed. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

BRILHANTE, Matilde de Lima. Práticas e negociações [políticas] na grande imprensa de Fortaleza (1928-1990). **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, v. 5 n. 9 p. 257-272, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4040/3225>. Acesso em: 20 set. 2023.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS. Projeto da Rua 24 horas. **CDL**, 1992.

CAVALCANTI, Emanuel Ramos. Sobre as Operações Consorciadas em Fortaleza (CE). In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto uma construção coletiva**, São Paulo, 2014.

DIGA NÃO A RUA 24 HORAS [panfleto]. **Associação comunitária**, 1993.

FORTALEZA. **Anteprojeto de Lei 042/92**. Câmara dos Vereadores, Fortaleza, CE, 1992.

FORTALEZA. **Decreto n. 5544 de 18 de março de 1980**. Torna área da Foz do Riacho Maceió ZE-1. Poder Executivo, Fortaleza, CE, 1980.

FORTALEZA. **Decreto n. 6811, de 31 de outubro de 1984**. Exclui da incidência do decreto n. 5545, de 18 de março de 1980 [...]. Poder Executivo, Fortaleza, CE, 1984.

FORTALEZA, **Lei n. 8.503, de 2000**. OUC- Maceió. Poder Executivo, Secretarial Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Fortaleza, CE, 2000.

FÓRUM POPULAR MUCURIPE RESISTE. **Carta do Mucuripe** [abaixo-assinado]. 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RIO, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Edemir Barros. **Dinâmica Geoambiental do Sistema Hídrico Maceió/Papicu**. 2010. 185 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de

Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16711>. Acesso em: 01 out. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Vitor Hugo *et al.* (Orgs.). **Patrimônio**: atualizando o debate. 1. ed. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 33-74.

MUCURIPE: morar e viver. **O Arrastão – Informativo do Fórum Popular Mucuripe Resiste**. Fortaleza, set. 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto história**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 set. 2023.

NIGRO, Cíntia. A institucionalização do patrimônio ambiental urbano na cidade de São Paulo: uma análise geográfica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.13, p. 107-122, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53811>. Acesso em: 20 set. 2023.

O MACEIÓ novamente em perigo. **O Farol**, jul. 1988, p.1.

O POVO. Carta de princípios. **Jornal O Povo**, Fortaleza-CE, 1989. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/cartadeprincipios/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginárias. Editorial: Abertura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p.11-23, jan.-jun., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

POLUIÇÃO do riacho Maceió afeta a Varjota. **O Povo**: Cidades, 7 fev. 1993, p. 22A.

RAMOS, Lidiane da Costa. **Mucuripe**: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado. 2003. 147 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza-CE, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16718>. Acesso em: 11 set. 2023.

SOUSA, Raimunda Alves. Riacho Maceió. **O Povo**, Fortaleza, 5 nov.1991.

YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 22 - 51, jun. 2012.

Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/471>. Acesso em: 20 out. 2023.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

AS DISPUTAS PELA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ: TURISMO, PATRIMÔNIO, MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES URBANAS E SOCIAIS DO MUCURIPE (1988-1994)

Matheus Cardoso de Andrade

Mestre em História Social, integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPQ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, Brasil
matheusktkt@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0003-8096-4634>

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Professor doutor associado, coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPQ Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza-CE, Brazil
antonioantonio@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0001-8426-3534>

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo bolsa concedida ao primeiro autor. Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPQ pelas contribuições diretas ao trabalho. À Diego di Paula pela disponibilidade das fontes de pesquisa disponíveis no Acervo Mucuripe.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. C. Andrade, A. G. Nogueira

Coleta de dados: M. C. Andrade,

Análise de dados: M. C. Andrade, A. G. Nogueira

Discussão dos resultados: M. C. Andrade, A. G. Nogueira.

Revisão e aprovação: A. G. Nogueira

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 13/10/2023

Aprovado em: 04/12/2023

